



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DESPACHO**

Defiro a gratuidade da Justiça.

Considerando que o Mutirão DPVAT não está mais recebendo processos para realização de perícia e tentativa conciliação (Ofício nº 001/2016 – SEMC), bem como a inviabilidade de a parte ré apresentar proposta conciliatória antes da realização do referido exame médico, determino que **cite-se** a parte demandada para ofertar resposta, no prazo de quinze (15) dias úteis, com as cautelas e advertências legais.

Intime-se. Expeça-se.

Recife-PE, 23 de janeiro de 2020

**Robinson José de Albuquerque Lima**

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## **INTIMAÇÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 7ª Vara Cível da Capital, fica a parte autora intimada do inteiro teor do despacho ID **56853149**.

RECIFE, 27 de janeiro de 2020





**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
7ª Vara Cível da Capital  
Seção B (Tarde)

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003385-21.2020.8.17.2001  
AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

RECIFE, 27 de janeiro de 2020.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**RUA SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme despacho ID 56853149, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link: <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>**

**2 – No campo “Número do Documento”, digite: 20012222404093800000055889836**

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, RICARDO CARNEIRO DORNELAS, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**RICARDO CARNEIRO DORNELAS**

**Chefe de Secretaria em exercício**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que juntei o AR de nº JU657257977BR na presente data. O certificado é verdade e dou fé.

RECIFE, 20 de fevereiro de 2020





AVISO DE  
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Processo nº 0003385-21.2020.8.17.2001

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

RUA SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

ID do documento: 56998847

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENT

VERONICA FELIX CONSTANT  
RG: 10.602.8931344-4  
COD 1º DE MARÇO

LO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: RICARDO CARNEIRO DORNELAS - 20/02/2020 14:56:33

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022014563366500000057351382>

Número do documento: 20022014563366500000057351382

	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AVIS CN07</b>	<b>AR</b>	(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO) JH 657.257.977 BR
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 04 FEB 2020		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT 04 FEB 2020	: h : h : h		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR RECIFE		
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE FORUM DESEMPAQUAGAO RODOLFO AURELIANO AV. DESEMBARGADOR GULERRA BARRETO, S/Nº		
	CIDADE / LOCALITÉ ILHA JOANA DESEMBARGADOR		
	UF BRASIL BRÉSIL		





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## **CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que transcorreu o prazo sem que a parte demandada, devidamente citada através de carta, consoante aviso de recepção de ID 58312879, contestasse a presente ação. O certificado é verdade e dou fé.

RECIFE, 8 de maio de 2020

Chefe de Secretaria





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DESPACHO**

Considerando que o réu não apresentou resposta à presente ação, conforme certidão de ID nº [61629344](#), decrete sua revelia nos termos do art. 344 do CPC.

Outrossim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, indique se pretende produzir outras provas além das que já se encontram encartadas nos autos.

Decorrido o prazo sem manifestação da parte interessada, façam-me os autos conclusos para julgamento.

Intime-se. Publique-se (art. 346, CPC).

Expeça-se.

RECIFE, 8 de maio de 2020

**Robinson José de Albuquerque Lima**  
Juiz de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## INTIMAÇÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 7ª Vara Cível da Capital, fica a parte autora intimada do inteiro teor do despacho ID 61652370.

RECIFE, 13 de maio de 2020



**EXMO.: SR DR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

**PROCESSO:** 0003385-21.2020.8.17.2001

**ALAN CAMPELLO PASTICK**, devidamente qualificado nos autos em epigrafe, vem por meio de seu advogado em cumprimento ao despacho retro expor e requerer o que segue:

Tendo em vista a revelia da demandada, e já encontra-se nos autos laudo médico indicando as lesões, requer que seja aplicada os efeitos da revelia jugando totalmente procedente a ação conforme foi pedido.

Caso não seja esse o entendimento de V. Exª designe perícia médica.

Termos em que pede deferimento.

Recife, 15 de maio de 2020

**ABRAÃO NASCIMENTO**  
**OAB/PE 39.668**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## **SENTENÇA**

**EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. REVELIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA. LAUDO IML. DESNECESSIDADE. SINISTRO POSTERIOR À MP 451/08. GRADAÇÃO DA LESÃO. SÚMULA 474 DO STJ. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR. INDENIZAÇÃO RESIDUAL FIXADA COM OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE. PROCEDÊNCIA.**

Os relatórios médicos, como meio de prova, são aptos a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e o grau da lesão sofrida.

As seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas.

Aplica-se aos sinistros anteriores ou posteriores à MP 451/08 a gradação da lesão para quantificação da indenização. Entendimento do STJ. Recurso Repetitivo (REsp nº 1303038). Súmula 474.

Diante do quadro apresentado pela vítima do acidente, conforme laudos médicos coligidos aos autos, no qual consta que o demandante apresenta invalidez parcial completa de seu membro inferior direito, e observada a inexistência de defesa na apostila, aplica-se, *in casu*, o teto legal no percentual de 70% do valor máximo indenizável.

Considerando o valor pago administrativamente, resulta saldo residual no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) devido a título de indenização DPVAT.

Correção monetária a partir do evento danoso (Súmula 580, STJ) e juros moratórios desde a citação (Súmula 426, STJ).

Procedência do pedido.

**Vistos etc.**

**ALAN CAMPELO PASTICK** propôs em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONCÓRCIOS DPVAT**, ambos devidamente qualificados na peça inicial, a presente **AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT**, narrando em breve epítome que em data de 30.09.2018 foi vítima de acidente de trânsito, o qual teria resultado em debilidade permanente de seu membro inferior direito. Acreditando ter direito a receber o teto máximo previsto em lei para o caso, equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e tendo sido pago parte do valor (R\$ 4.725,00), veio a Juízo requerer a condenação da seguradora promovida no complemento legal (R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais), além dos encargos moratórios e consectários da



sucumbência.

Com a inicial, junta documentação pertinente.

Regularmente citada, a seguradora ré quedou-se silente, do que faz prova a certidão de ID nº 61629344.

Vindo-me os autos, cuido de logo assentar que a demanda comporta julgamento no estágio em que se encontra, nos moldes do art. 355, II, CPC/2015.

#### **Eis o relatório. Passo a decidir.**

De proêmio, cumpre assentar que os relatórios médicos, coligidos com a inicial, como meio de prova, são aptos a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e o grau da lesão sofrida, o qual é taxativo ao esclarecer que o promovente encontra-se com **deformidade completa do membro inferior direito**.

Confirmando este pensamento, confira-se:

**PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUE COMPROVE A QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ. REJEITADAS. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS LEGAIS. VERACIDADE DO DOCUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA EX OFFICIO. SÚMULA 43 STJ. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIMIDADE.**

I - O pagamento realizado pela via administrativa não inviabiliza a demanda judicial pleiteando a complementação do valor devido a título de seguro DPVAT.

II - Rejeita-se, do mesmo modo, a preliminar de ausência de laudo do IML que comprove a quantificação da invalidez, uma vez que os relatórios médicos, como meio de prova, são aptos a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e o grau da lesão sofrida, o qual é taxativo ao esclarecer que o apelado encontra-se com deformidade e limitações do membro superior direito.

III - No mérito, verifico que também não assiste razão ao apelante, pois o art. 5º, § 1º, alínea b da Lei nº 6.194/74 enumera os documentos necessários ao resgate do Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que tais documentos se encontram nos autos.

IV - Os juros de mora são devidos a partir da citação, nos termos da Súmula nº 426 do STJ, momento em que a seguradora foi constituída em mora, conveniente estes a serem pagos no patamar de 1% (um por cento) ao mês, tudo nos termos dos arts. 405 e 406 do Código Civil. Correção monetária, nos termos da Súmula 43 do STJ.

V - Sentença mantida

VI - Apelo conhecido e improvido. Unanimidade.

(TJ-MA - APL: 0064642014 MA 0004094-37.2012.8.10.0027, Relator: RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA, Data de Julgamento: 09/06/2014, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/06/2014)

**CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. PRELIMAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. LAUDO MEDICO CONCLUSIVO. REJEITADA. INVALIDEZ PARCIAL. APLICAÇÃO DA GRADAÇÃO LEGAL. RECURSO PROVIDO.**

1. Preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa - o laudo do IML não é documento essencial ao ajuizamento da ação, podendo ser suprido por documentos que comprovem, de forma idônea, o acidente, as lesões sofridas e o respectivo percentual de invalidez. Apreciação do conjunto probatório. Rejeitada

2. A Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça tem entendido como devida a gradação da verba indenizatória, nos termos da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.945/09. A qual dispõe: "A



indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"

3. O art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com as alterações posteriores, prevê que quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do referido parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização.

4. Segundo o laudo pericial, foi constatada debilidade funcional moderada do joelho e ficará com seqüela definitiva, portanto parcial, devendo-se proceder com a gradação prevista no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.945/09, sendo devida a redução proporcional de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) previsto na Tabela de Danos Corporais, por se tratar de para as perdas de repercussão intensa.

5. Honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da causa, conforme o art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, ficando suspensa a sua exigibilidade, por força do benefício da Assistência Judiciária Gratuita (art. 12, da Lei nº 1.060/50).

6. Recurso de apelação provido. Decisão unânime.

(TJPE, Apelação 339388-0, Rel. Des. Jones Figueiredo, 4ª Câmara Cível, julgado em 21/08/2014, DJe 28/08/2014).

De igual turno, eventual alegativa de impertinência subjetiva para a causa não merece prosperidade. Em boa verdade, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é a empresa a administradora dos consórcios englobadores das categorias definidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), consoante a disciplina da Resolução CNSP nº 154, de 8.12.2006 (arts. 5º e 6º).

Todavia, a criação por norma administrativa da referida Seguradora Líder não afasta a realidade de que qualquer uma das seguradoras se obriga a recepcionar as reclamações que lhe forem apresentadas, reservando-se à administradora do consórcio a gestão de todo procedimento necessário à operação conjunta do seguro DPVAT. Assim vendo, constata-se que, à vista do vitimado, seja a seguradora aparente, seja a Seguradora Líder, qualquer uma delas responde solidariamente pela dívida, resolvendo a questão de eventual pretensão *interna corporis*.

Escorando esta linha de raciocínio, anote-se:

**DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DE SEGURADORA DIVERSA DA QUE REALIZOU O PAGAMENTO A MENOR. SOLIDARIEDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 275, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.**

1. A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas.

2. Com efeito, incide a regra do art. 275, caput e parágrafo único, do Código Civil de 2002, segundo a qual o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo credor.

3. Resulta claro, portanto, que o beneficiário do Seguro DPVAT pode acionar qualquer seguradora integrante do grupo para o recebimento da complementação da indenização securitária, não obstante o pagamento administrativo realizado a menor tenha sido efetuado por seguradora diversa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1108715/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 28/05/2012)



Dirimida esta seara prévia e inexistindo vícios a serem apreciados ou sanados, adentro de pronto ao *meritum causae*.

Como narrado acima, a parte querelada, em que pese duas vezes intimadas para juntar instrumento procuratório, houve por bem deixar de atender à ordem judicial, carecendo, deste modo, de capacidade postulatória.

Reza o art. 344, CPC, que “*se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor*”.

Seguindo nesse rumo e consistindo de prova material já disposta nos fólios, deste modo, mostra-se autorizado o julgamento da lide no estado em que se encontra, posto que despiciendas maiores dilações probatórias, sendo certo que o caso guarnece os efeitos peremptórios da revelia (art. 355, II, CPC/2015).

Não se pode negar que a presunção de veracidade decorrente da revelia não é absoluta. Se há elementos nos autos que levem a conclusão contrária não está o juiz obrigado a decidir em favor do pedido do autor.

Na prática o que ocorre é que a falta de contestação tempestiva e a consequente confissão ficta esgotam o tema probatório, de modo que, em regra, a consequência é a sentença favorável ao demandante. Não está, porém, excluída a hipótese da existência de outros elementos que levem à convicção contrária, daí se dizer que a presunção do artigo 344 do CPC é relativa e não absoluta, tudo em consonância com o princípio da livre apreciação da prova e da persuasão racional (art. 371, CPC).

Para que se produza o efeito de confissão ficta é indispensável que o mandado de citação conste a cominação expressa de que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos, pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor.

No caso concreto, houve citação válida, com cominação dos efeitos da revelia (art. 344, CPC) e a parte demandada deixou adredemente de atravessar a competente petição de resposta.

A parte requerida não ofereceu defesa aos termos da ação contra si promovida. Da ausência de contestação e de provas que contrariem os fatos alegados na peça vestibular deriva uma verdade formal (RT 309/231).

Assim, ocorrendo revelia, os fatos afirmados na inicial reputam-se verdadeiros, razão por que cabe ao Juiz, de logo, o exame do mérito, uma vez que foi retirada ao revel a possibilidade de prova contrária, impondo-se realçar que o julgamento antecipado a que se refere o art. 355, II, do *codex* de ritos pressupõe, evidentemente, que a revelia tenha os efeitos previstos no art. 344 do estatuto processual.

A fundamentação da inicial colhe agasalho jurídico em parte e a pretensão é coerente e consequente a essa fundamentação, tudo à luz dos próprios elementos trazidos ao processo pela parte autora. A parte demandada não contrapôs qualquer matéria hábil, deixando, muito ao revés, prevalecer a veracidade das afirmações, mercê da contumácia

De mais a mais, a documentação coligida com a peça de vestibulo confirma a presunção de veracidade dos fatos alegados na demanda, inexistindo, na espécie, qualquer dos eventos elencados no art. 345, CPC, hábeis a afastar a indução legal.



A questão dizente com a comprovação ou não do nexo etiológico acerca do lesionamento decorrente do acidente por veículo terrestre acha-se, destarte, cristalizada, não só porque a apostila foi efetivamente instruída com cópia da ocorrência policial e prontuários médicos (ID nº 56815759), como também porque não houve qualquer insurgência contra a natureza descrita da lesão.

Incide, na espécie, a regra do art. 374, CPC/2015. Trata-se, pois, de **deformidade permanente completa do membro inferior direito**.

Prosseguindo nesta trilha, certo é que a atual redação da Lei 6.194/74 estabelece como teto indenizatório o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), estabelecendo percentuais para cada tipo de lesionamento ocasionado por veículo terrestre.

A redação hodierna assim reza:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

(...)

§1º - No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

(...)

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado

(...)

O sobredito teto indenizatório entrou em vigor em 30.12.2006, quando da publicação da Medida Provisória nº 340, de 29.12.2006, a qual foi, posteriormente e sem remendo, convertida na citada Lei nº 11.482/2007.

A análise ainda que perfunctória deste encadeamento legislativo encaminha à ilação de que o referido limite de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) aplica-se ao caso sob exame, visto que o



sinistro deu-se em 30.09.2018.

Neste vau, observa-se que, apesar de as alterações trazidas pela lei nº 11.945 de 2009, que alterou a tabela anexa à lei nº 6.194 de 1974, pelas regras de direito intertemporal, não poderem ser aplicadas ao presente caso, certo é que a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça já entende que, ainda assim, é imperiosa a aplicação da Tabela do CNSP, por força do Princípio da Proporcionalidade.

Decerto, de acordo com a Súmula 474, STJ, "**a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.**"

Roborando esta *ratio*, confira-se:

**RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL. SEGURO DPVAT. SINISTRO ANTERIOR A 16/12/2008. VALIDADE DA TABELA DO CNSP/SUSEP.**

1. Para fins do art. 543-C do CPC: "Validade da utilização de tabela do CNSP para se estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08".

2. Aplicação da tese ao caso concreto.

3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1303038/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014)

**CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. AUSÊNCIA DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. SINISTRO ANTERIOR À MP 451/08. GRADAÇÃO DA LESÃO. CIRCULAR SUSEP Nº 29/91. PRECEDENTE DO STJ: REsp 1.303.038-RS. LEI Nº 6.194/1964. FIXAÇÃO NO VALOR DE R\$ 13.500,00 - LEI Nº 11.482/2007. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. Ação de Indenização de seguro DPVAT pleiteada em função de invalidez permanente suportada como consequência de acidente automobilístico.

2. Apelação em face de sentença que julgou parcialmente procedente a pretensão autoral.

3. Aplica-se aos sinistros anteriores a MP 451/08 e posteriores a circular nº 29/91 da SUSEP a gradação da lesão para quantificação da indenização. Súmula 474 do STJ. Recurso repetitivo: REsp 1.303.038-RS.

4. Ademais, aplica-se o teto de R\$ 13.500,00 - valor fixo máximo determinado pela Lei nº 11.482/2007.

5. Diante do quadro apresentado pela vítima do acidente, conforme laudo médico, acostado na inicial, no qual consta que a apelada apresenta debilidade leve na mão esquerda e debilidade residual na estrutura do crânio, restando demonstrada a invalidez parcial e permanente.

6. Recurso de Apelação parcialmente provido.

(TJPE, Apelação 317918-4, Rel. Des. Roberto da Silva Maia, 1ª Câmara Cível, julgado em 20/01/2015, DJe 27/01/2015).

Em verdade, para a invalidez permanente, o beneficiário é a própria vítima, desde que tratamento médico esteja terminado e comprove definitivamente o caráter da invalidez permanente devido ao acidente no trânsito. A quantia será apurada tomando por base o percentual da incapacidade da vítima, de acordo com a tabela constante das normas de acidentes pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista nas normas vigentes na data da liquidação do sinistro.

A Tabela para Cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente apresenta os





percentuais sobre a importância segurada por órgão ou membro lesado a serem considerados nas condições gerais dos seguros que possuam a garantia de invalidez por acidente, que por sua vez devem ser submetidas à SUSEP, para análise e arquivamento, antecipadamente à comercialização.

Comprova-se a invalidez permanente através de declaração médica. Na espécie, a deficiência se traduziu na **debilidade permanente completa do membro inferior direito**.

Em acordo com a tabela de repercussão de danos corporais da SUSEP bem como pela Tabela introduzida pela MP 451/2008, perda anatômica e/ou funcional completa do membro inferior direito é estimada em **70% do valor máximo segurado**.

De se notar, por conveniente, que existe notícia de pagamento parcial nos autos, pelo importe de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), de modo que resta saldo residual a pagar no montante de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**.

A **atualização monetária** da quantia, por certo, ostenta como termo inicial a data do evento danoso. Tal entendimento acha-se recentemente solidificado na **Súmula 580, STJ** ("A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso").

Por outro lado, tratando-se de obrigação contratual, os **juros moratórios** devem incidir a partir da implementação do **ato citatório**, consoante disciplina do art. 405, nCC. É bem essa a consolidação jurisprudencial da **Súmula 426, STJ** ("Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação").

Postas estas considerações, seguindo neste rumo de pensar, tenho por imperativo julgar **PROCEDENTE** a pretensão autoral, para condenar a parte demandada no *quantum* equivalente a R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), nos termos deste *decisum*, valor este que deverá ser monetariamente corrigido pela Tabela ENCOGE desde o infausto acidente, acrescendo-se juros moratórios de 1% ao mês contados da data da citação.

Na oportunidade, extingo o presente feito por sentença com resolução de mérito, lastreado no artigo 487, I, do CPC, e, atento ao resultado do deslinde, forte na regra do art. 85, §2º, CPC, carrego à seguradora demandada o ônus das custas processuais e honorários que ora fixo em 10% do valor final da condenação.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas cautelas.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Recife-PE, 07 de junho de 2020.

**ROBINSON JOSÉ DE ALBUQUERQUE LIMA**

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## INTIMAÇÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 7ª Vara Cível da Capital, fica a parte autora intimada do inteiro teor da sentença prolatada ID 63118182.

RECIFE, 19 de junho de 2020





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

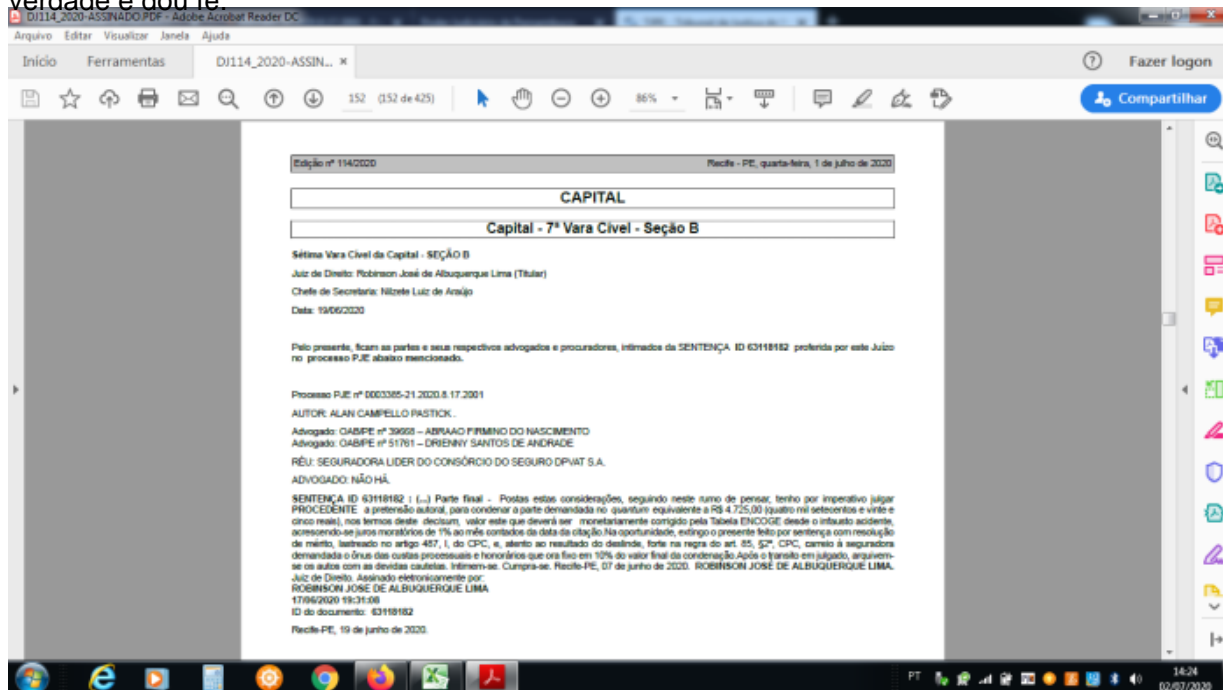
Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que juntei aos presentes autos o comprovante da publicação da sentença ID 63118182 no DJE do dia 01.07.2020, Edição 114/2020. O certificado é verdade e dou fé.



RECIFE, 2 de julho de 2020





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença de ID 63118162, prolatada no referido processo, transitou em julgado. O certificado é verdade e dou fé.

RECIFE, 27 de julho de 2020

Chefe de Secretaria



- custas



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## **CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e que a parte ré fora condenada ao pagamento das custas processuais, as quais se encontram pendentes. O certificado é verdade e dou fé.

RECIFE, 27 de julho de 2020

Chefe de Secretaria





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810373

Processo nº **0003385-21.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALAN CAMPELLO PASTICK

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DESPACHO**

Intime-se a parte demandada para que comprove o pagamento das custas processuais, conforme determinado na sentença transitada em julgado (ID. 65295450) no prazo de 15 (quinze) dias.

Em caso de não comprovação do pagamento das custas no prazo estipulado, expeça-se ofício à Procuradoria do Estado de Pernambuco para as providencias cabíveis.

Após, arquivem-se os autos, com as devidas cautelas.

Cumpra-se.

Recife-PE, 27 de julho de 2020

**Robinson José de Albuquerque Lima**  
Juiz de Direito



**EXMO.: SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

**PROCESSO: 0003385-21.2020.8.17.2001**

**ALAN CAMPELLO PASTICK, devidamente qualificado nos autos em epigrafe, vem por meio de seu advogado, perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:**

Compulsando os autos verifico que Sentença por V. Exª proferida Transitou em Julgado sem que a parte demandada apresente-se recurso.

Diante o exposto, requer que certifique o trânsito em julgado e a Intimação da Demandada para **CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO** da condenação imposta na Sentença.

Em caso de descumprimento seja aplicado Multa e Honorários Advocatícios no percentual de 10% (art. 523, §1º, do NCPC) e prossiga Execução com penhora/bloqueio *online* de conta(s), conforme segue:

**Dados básicos informados para cálculo**  
**Descrição do cálculo**

7ª VARA CÍVEL -

**PROCESSO: 0003385-21.2020.8.17.2001**

**EXEQUENTE: ALAN CAMPELLO PASTICK**

**EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA - CNPJ: 09.248.608/0001-04**

**Valor Nominal R\$ 4.725,00**

**Indexador e metodologia de cálculo ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pro-rata die.**

**Período da correção 30/09/2018 a 01/08/2020**

**Taxa de juros (%) 1 % a.m. simples**

**Período dos juros 07/02/2020 a 18/08/2020**

**Honorários (%) 10 %**

**Dados calculados**

**Fator de correção do período 671 dias 1,056333**

**Percentual correspondente 671 dias 5,633319 %**

**Valor corrigido para 1/08/2020 (=) R\$ 4.991,17**

**Juros(193 dias-6,43333%) R\$ 321,10**



**Sub Total (=) R\$ 5.312,27**

**Honorários (10%) (+) R\$ 531,23**

**Valor total (=) R\$ 5.843,50**

Após o depósito voluntário ou BACEN comprovados nos autos, sejam expedidos os competentes **ALVARÁS.**

Termos em que pede deferimento.

Recife, 18 de agosto de 2020

**ABRAÃO FIRMINO DO NASCIMENTO**  
**OAB/PE 39.668**





**Cálculo de Atualização Monetária****Dados básicos informados para cálculo****Descrição do cálculo**

<b>Valor Nominal</b>	R\$ 4.725,00
<b>Indexador e metodologia de cálculo</b>	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pro-rata die.
<b>Período da correção</b>	30/09/2018 a 01/08/2020
<b>Taxa de juros (%)</b>	1 % a.m. simples
<b>Período dos juros</b>	07/02/2020 a 18/08/2020
<b>Honorários (%)</b>	10 %

**Dados calculados**

<b>Fator de correção do período</b>	671 dias	1,056333
<b>Percentual correspondente</b>	671 dias	5,633319 %
<b>Valor corrigido para 01/08/2020</b>	(=)	R\$ 4.991,17
<b>Juros(193 dias-6,43333%)</b>	(+)	R\$ 321,10
<b>Sub Total</b>	(=)	R\$ 5.312,27
<b>Honorários (10%)</b>	(+)	R\$ 531,23
<b>Valor total</b>	(=)	<b>R\$ 5.843,50</b>

**Retornar Imprimir**